



Biblioteca
Desembargador
ANTÔNIO KOURY

SERVIÇO DISSEMINAÇÃO SELETIVA DA INFORMAÇÃO – DSI

v.4, n.9, 30 set. 2019.

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do *Diário da Justiça* no período de **01 a 30 de set.** para cadastro na base da Biblioteca:

Diário da Justiça

Edição nº 6740/2019 - Quarta-feira, 11 de setembro de 2019.

Portaria nº 4202/2019-GP, de 10 de setembro de 2019.

Dispõe sobre o procedimento de validação do Número Único de Processos no sistema Libra para remessa aos Tribunais Superiores.

Edição nº 6741/2019 - Quinta-feira, 12 de setembro de 2019.

Resolução nº 8, de 11 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a atualização monetária do valor da Gratificação de Atividade Externa (GAE) devida aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliador, e dá outras providências.

Ordem de Serviço Conjunta nº 01/2019 - GP/VP.

Os Gabinetes de Desembargadores, por sua Coordenadoria de Gabinete, devem acompanhar a tramitação dos processos que constam no acervo (relatoria) do Desembargador.

Edição nº 6745/2019 - Quarta-feira, 18 de setembro de 2019.

Portaria nº 02/2019 – NUPEMEC.

Dispõe sobre o cadastramento, atuação, supervisão, afastamento e exclusão dos Conciliadores e Mediadores Judiciais perante ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Portaria nº 03/2019 – NUPEMEC.

Dispõe sobre regulamentação dos cursos de formação conciliação e mediação judicial no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Edição nº 6746/2019 - Quinta-feira, 19 de setembro de 2019.

Portaria Conjunta nº 01/2019- GP/NUPEMEC.

Recomenda aos Juízos de primeiro grau que facultem a utilização das plataformas digitais.

Edição nº 6748/2019 - Segunda-feira, 23 de setembro de 2019

Portaria nº 01/2019-CPMEAQLG.

Fica instituído o GRUPO DE TRABALHO no âmbito da CPMEAQLG para estudar os aspectos controvertidos relativos a realidade fundiária do Arquipélago do Marajó.

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Diário Oficial do Estado do Pará

Nº 33.978, quinta-feira - 12 de setembro de 2019.

Lei nº 8.892, de 11 de setembro de 2019.

Institui a política de incentivo à conscientização, por parte de profissionais da saúde pública do estado do Pará, sobre a necessidade de realização de testes rápidos de IST, HIV/AIDS e Hepatites. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.893, de 11 de setembro de 2019.

Declara e reconhece como de utilidade pública para o estado do Pará, a MOCAMBO - movimento afrodescendente do Pará. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.894, de 11 de setembro de 2019.

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a Escola Bíblica Dominical. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.895, de 11 de setembro de 2019.

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Sociocultural Shalon. [Clique aqui](#)

Nº 33.996, segunda-feira - 30 de setembro de 2019.

Lei nº 8.898, de 27 de setembro de 2019.

Institui nova nomenclatura à Fundação Propaz, que passa a denominar-se Pará paz.

Diário Oficial da União

Medida Provisória nº 894, de 4 de setembro de 2019.

Institui pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019.

Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). [Clique aqui](#)

Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019.

Altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. [Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 895, de 6 de setembro de 2019.

Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de quinze e nove anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Medida Provisória nº 896, de 6 de setembro de 2019.

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para dispor sobre a forma de publicação dos atos da administração pública. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.870, de 17 de setembro de 2019.

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.871, de 17 de setembro de 2019.

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019.

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

Conversão da Medida Provisória nº 881, de 2019

Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.877, de 27 de setembro de 2019.

Altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Notícias selecionadas

STF

Associações questionam regras do Código de Defesa do Consumidor de Pernambuco para concessionárias de veículo. [Clique aqui](#)

Procuradora-geral da República busca garantir a Testemunhas de Jeová o direito de recusar transfusões de sangue. [Clique aqui](#)

STF decide que empregador tem responsabilidade civil objetiva em acidentes de trabalho nas atividades de risco. [Clique aqui](#)

Regra da Lei do Mandado de Segurança sobre legitimidade para recurso não afasta atuação de advogado. [Clique aqui](#)

STJ

Prisão por condenação penal justifica impossibilidade temporária de pagar pensão alimentícia. [Clique aqui](#)

Comércio ilegal de internet via rádio caracteriza desenvolvimento clandestino de atividade de telecomunicação. [Clique aqui](#)

Plano de saúde deve comunicar descredenciamento de clínicas, mesmo que rescisão não parta da operadora. [Clique aqui](#)

Jurisprudência em Teses trata do processo administrativo. [Clique aqui](#)

Tribunais Estaduais

TJRR

Tribunal de Justiça de Roraima vai usar primeiro robô humanoide do Brasil para discutir avanços do Judiciário na era digital e apresentar soluções tecnológicas. [Clique aqui](#)

Audiência por videoconferência evita ação na Justiça. [Clique aqui](#)

TJRO

Inclusão: Intérprete de libras garante realização de audiência envolvendo réu surdo. [Clique aqui](#)

Oscilações de energia geram indenizações de danos materiais e morais, em Costa Marques. [Clique aqui](#)

EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br

Obras disponíveis no acervo da Biblioteca

Acervo jurídico



Acervo Leitura Livre



Para consultar as novas aquisições, visite a página da biblioteca no portal do TJPA!



EXPEDIENTE:

Boletim Informativo Mensal

Organização: Serviço de Referência Bibliográfica

Josiane Neves - Analista Judiciário/ Bibliotecária

Revisão: Elaine Ribeiro - Chefe da Divisão de Biblioteca

Contato: (91) 32053351/ 3325

E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br